

QUESTÕES DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DE *CORPORA* PARA ESTUDOS DIACRÔNICOS: ANÁLISE DE CARTAS

Juliana Bertucci Barbosa
(UFTM-Uberaba, MG)

RESUMO: Este artigo reflete sobre questões discursivas de ordem teórico-metodológica na definição de critérios de seleção de fontes para o estudo histórico da língua. A discussão está centrada na utilização de cartas como fonte, destacando a importância do gênero textual no processo de construção de corpora. Além disso, abordamos a necessidade de se criar um referencial para trabalhar com textos escritos em épocas remotas.

Palavras-chaves: estudos diacrônicos, cartas, corpora

ABSTRACT: *This article deals with theoretical and methodological problems concerning the definition of criteria for the selection of sources for the historical study of language. The discussion focus on the use of letters as such sources and it highlights the importance of genre in the process of corpora construction. This paper also discusses the need to create a referential for working with texts written in the past.*

Keywords: *studies diachronics, letter, corpora*

1. Palavras iniciais

Um dos principais obstáculos enfrentados pelo pesquisador que estuda a variação/mudança diacrônica é a ausência de falantes de épocas remotas. Esse fato faz com que o lingüista recorra a amostras da língua escrita e analise documentos considerados representativos de um determinado período, partindo do pressuposto de que esses textos escritos registrem os primeiros passos de um processo de mudança ou de que dêem testemunho de formas existentes em uma dada época e que desaparecem em outras (cf. LABOV, 1994).

Um gênero textual bastante rico – e complexo – que pode ser utilizado para a análise de fenômenos lingüísticos é a carta, pois além de servir como meio de comunicação entre pessoas distantes, registra as memórias e os aspectos sociais de uma época servindo como fonte de estudos sócio-históricos e/ou lingüísticos (cf. PORTELLI, 1989; GIBELLI, 2002; CASTILLO GÓMEZ, 2006; PETRUCCI, 2006). Outra característica peculiar da carta é o fato de o seu nível

de formalidade poder variar do formal ao informal (ou até mesmo pessoal) dependendo da situação em que se encontra o emissor, e, principalmente, de quem será o seu destinatário.

Mas ao trabalhar esse texto como *corpus*, como saber o que, em cartas antigas, compreendia-se como informal? Como definir o grau de formalidade em textos escritos em sincronias passadas? A partir dessas e de outras questões, visamos, neste artigo, refletir sobre esses desafios metodológicos encontrados pelos que se ocupam da análise de cartas reunidos em *corpora* para fins de estudos de variação/mudança lingüística.

2. A carta: um rico *corpus* para pesquisas

Acreditamos que o *corpus* favorece as pesquisas lingüísticas e deve ser apoiado pelas novas tecnologias, visto que sua utilização favorece a realização de descrições lingüísticas de base empírica e permite a reflexão de questões teóricas fundamentadas em usos reais da língua. Entretanto, além de utilizarmos recursos tecnológicos para construirmos *corpus*, devemos também conhecer gênero textual com que estamos trabalhando, já que cada um deles apresenta características específicas que podem levar a alguns aspectos estruturais caracterizadores, a tipos de tema mais recorrentes, grau de formalidade, intenção, entre outros.

É por isso que consideramos relevante o conhecimento dessas características, pois elas podem conduzir o pesquisador a um caminho mais adequado no tratamento do texto utilizado como *corpus* – seja este oral ou escrito –, o que, por sua vez, permitirá uma análise mais confiável do objeto de estudo do lingüista. Sendo assim, a fim de discutirmos tais questões e, partindo de uma perspectiva sociolingüística do estudo da Língua, neste artigo, inicialmente, salientaremos a relevância do conhecimento dos gêneros discursivos nas pesquisas lingüísticas, focando o gênero “carta”, já que consideramos um gênero simultaneamente complexo” – sob vários aspectos – e bastante pertinente para estudos de diversas áreas das Ciências Humanas, especialmente os de variação e mudança lingüística.

Sob essa perspectiva, percebemos a utilização da língua como um processo com heterogêneas e múltiplas maneiras de realização, e, de certa forma, aproximamo-nos das idéias de Bakhtin, essencialmente, sobre a sua reflexão e conceituação de gênero do discurso. Para Bakhtin,

dentro de uma dada situação lingüística, o falante/ouvinte produz uma estrutura comunicativa que se configurará em formas-padrão relativamente estáveis de um enunciado, pois são formas marcadas a partir de contextos sociais e históricos. Essas formas estão sujeitas a alterações em sua estrutura, pois, dependendo do contexto de produção e dos falantes/ouvintes que a produzem, para cada discurso são atribuídos diferentes sentidos.

Focalizando o gênero carta, como já ressaltado na primeira parte deste artigo, temos um texto que além de servir como meio de comunicação entre pessoas distantes, conserva memórias e aspectos da vida (sociais) em uma determinada época. Além disso, na carta podemos encontrar diferentes graus de formalidade, que podem variar do mais formal ao informal (ou até mesmo pessoal) dependendo da situação (contexto) em que se encontra o emissor, e, principalmente, de quem será o seu destinatário. Essa característica peculiar possibilita que o sociolinguísta realize pesquisas que levem em conta o grau de formalidade ou estilo, fator cuja relevância para o estudo da variação e mudança já está bem estabelecida na literatura (Labov, 1972; Trudgill, 1974).

Sobre a origem das cartas, Vives (1978) afirma que estas surgiram para que possamos transmitir aos outros nossas próprias idéias e pensamentos: *fiel intérprete e mensajera entre los hombres* (Vives, 1978:559), surgiu como um meio de comunicação à distância antes da era dos “telefones”, transmitindo informações essenciais não apenas pessoais, mas também sobre as condições de vida (aspectos sociais), de trabalho, do cotidiano, etc (Castillo Gómez, 2006).

O texto epistolar, dessa forma, pode ser definido como um texto escrito, enviado por um remetente a um destinatário, marcado pela interação, ou seja, a comunicação entre o emissor e um receptor, sendo que a sua feitura pode ter diferentes finalidades, entre elas, informativa, afetiva, argumentativa, de discussão, de polêmica, de acusação, etc. Sendo assim, cada carta tem uma motivação própria para ser escrita, porém todas elas possuem, de acordo com Castillo Gómez (2006), uma mesma característica, que define e marca essa modalidade da escrita: *a complementaridade entre a ausência e a presença* (Castillo Gómez, 2006:29). De acordo com esse autor, no momento em que um indivíduo escreve uma carta, ele pensa em quem será o “outro”, o seu destinatário, com quem manterá um diálogo.

De certo modo, como podemos observar até aqui, as cartas sempre incorporam a presença de um leitor, de um destinatário, o que Guillén (1998:190-191) tem chamado de

interpersonalidade imaginada, ou seja, a imaginação do “tu leitor” por parte do “eu autor” (o emissor sempre pensa em quem será o seu “outro”)

A carta, acrescenta Violi (1999), baseia-se num efeito simultâneo de presença e ausência, em que, embora o receptor esteja sempre presente no texto, sua presença continuamente nos sugere um outro lugar. Coloca-se em um tempo presente frágil, marcado pela nostalgia da presença perdida e a ansiosa espera da volta, de tal modo que a ausência pode fazer dela uma escritura de ficção.

A partir dessas características das correspondências, podemos observar que a carta é o lugar onde se encontram/conflitam as várias estratégias do autor/narrador e do receptor/leitor, constituindo-se uma fonte promissora para a pesquisa da variação/mudança lingüística.

3. O desafio teórico-metodológico: o grau de formalidade em correspondências antigas

Como já ressaltado anteriormente, o nível de formalidade em uma carta pode variar do mais formal ao menos formal. Se, para os textos atuais parece não haver tantas dúvidas quanto à identificação desses diferentes graus de formalidade ao trabalhar esse gênero como *corpus*, em pesquisas de lingüística histórica, deparamos-nos com uma questão de difícil resposta: como saber o que, nas cartas produzidas em períodos antigos, pode ser considerado informal ou formal? Em suma, como definir o grau de formalidade em cartas em épocas passadas?

Esse é um dos desafios metodológicos enfrentados por aqueles que utilizam materiais não-literários para as investigações sobre a história da língua. Para enfrentar esse desafio, vimos a necessidade de discutir critérios que nos auxiliassem a distinguir o mais formal do menos formal em textos antigos.

Nas cartas, para tentarmos estabelecer essa distinção, temos que nos basear, por exemplo, na sua estrutura formal e em seu conteúdo, aspectos tais como: introdução (saudações iniciais), desenvolvimento (assuntos), despedida.

Discutindo sucintamente alguns exemplos, ressaltaremos que, para enfrentar o desafio da identificação da escala de formalidade no texto escrito, é necessário estabelecer – e descrever –

um referencial que nos oriente a distinguir o mais formal do menos formal. Acreditamos que quatro pontos são essenciais para a elaboração desse referencial:

- (i) reunir informações sobre o perfil sócio-cultural de cada autor das cartas;
- (ii) examinar gramáticas e manuais de cada período para sabermos o que a norma culta previa, no período analisado;
- (iii) analisar o assunto das cartas;
- (iv) e, por fim, apoiando-nos nos pontos anteriores, verificar e analisar a relação entre emissor e receptor das cartas (formas de tratamento, despedidas, etc).

Neste artigo discutiremos apenas alguns desses referenciais, buscando-se tentar distinguir cartas mais formais das menos formais em outros séculos.

Como vimos, nas cartas, a presença de um determinado destinatário condiciona o momento da sua produção. Quando aquele que escreve escolhe aquele para quem escreve, ele, conseqüentemente, modula o seu discurso de acordo com essa escolha. Nesse sentido, uma das estratégias que pode nos auxiliar na percepção do grau de formalidade nas cartas é, por exemplo, o estudo dos pronomes e expressões de tratamento. As expressões de tratamento exprimem o grau de distanciamento e a subordinação em que uma pessoa voluntariamente se põe em relação a outra, a fim de agradá-la e ensejar um bom relacionamento.

De acordo com Castillo Gómez (2006) – que estudou cartas escritas por espanhóis, durante o descobrimento e a colonização da América – as cartas informais iniciavam-se com: *hermanos, amadas hijas, señora madre, señores padres, hermanos de mi corazón*, etc. (Castillo Gómez, 2006:45). Já as cartas oficiais, memoriais, e outras variantes de cartas mais formais, adotavam um tom mais solene, de distanciamento, sendo encaminhadas a seus receptores iniciando-se com: *ilustrísimo señores, muy poderosos señores, muy magnífico e reverendo señor*, etc (Castillo Gómez, 2006:45-46).

A influência do “outro” nas correspondências do século XVI e XVII no Brasil, por exemplo, pode ser percebida pela escolha das formas de tratamento encontradas nas cartas, como mostram os fragmentos abaixo:

(1) Pax Christi: Depois da chegada do Bispo aconteceram algumas coisas, de que darei breve conta a Vossa Reverendíssima, para saber o que passa, para tudo encomendar a Nosso Senhor e nos avisar sempre no que poderemos errar. (Nóbrega, M. Carta ao Mestre Provincial, 1552, grifo nosso)

(2) Rezão hé que, Vossa Mercê, por sua boa condição se tanto comunica comigo tam yndigno, e me dá conta com tanto amor de sy, de seus gostos e desgostos, por suas cartas (...) (Nóbrega, M. Carta a Tomé de Souza, 1559, grifo nosso)

Nas cartas destinadas ao Mestre Provincial, superior de Nóbrega dentro da igreja, a formalidade, tal como pode ser observado, é marcada pelo emprego do pronome “Vossa Reverendíssima”, abreviado com V. R. ao longo da carta. Por outro lado, em outras cartas desse mesmo autor, como as enviadas ao o ex-governador geral Tomé de Souza (exemplo 2), um grau menor de formalidade é marcado pelo uso de outras formas de tratamento, como, por exemplo, o pronome “Vossa Mercê” (V. M.).

Nos círculos fechados, como o do clero, existe o emprego codificado de pronomes de tratamento laudatório, hierarquizados pela importância oficialmente atribuída a cada cargo. “Vossa Reverendíssima” emprega-se, no meio oficial para dirigir-se a Arcebispos e Bispos. É respeitando essa hierarquia que Nóbrega emprega em sua carta esse pronome de tratamento, pois ele utiliza o pronome respeitando o seu destinatário.

Por sua vez, o pronome “Vossa Mercê” (que deu origem ao atual “você”), utilizado por Nóbrega várias vezes ao longo de sua carta para se dirigir a Tomé de Souza, indica-nos qual o tipo de relação que existia entre esse jesuíta e o ex-governador geral. “Vossa Mercê” era título dado originalmente ao rei, mas que, assim como “Vossa senhoria” e “Vossa Excelência”, acabou vulgarizando-se. Cintra (1972) mostra que o “atual” sistema de tratamento difere daquele

encontrado nos primórdios de nossa língua, em que não havia tratamentos do tipo nominal (pelo menos não localizáveis nos textos).

Segundo este autor, as formas nominais de tratamento sofrem um processo de especialização já no século XIV. Cintra (1972) descreve esse processo de mudança, relacionado a um processo de hierarquização cada vez maior da sociedade. “Vossa Mercê”, por volta de 1460, aparece como tratamento para o rei e deixa de ser usado com esta função em 1490. A degradação hierárquica é gradual e essa expressão passa a ser empregada quando se referiam a duques, depois a infantas, a fidalgos e, no século XVI, já é utilizada por Gil Vicente para patrões burgueses. A forma de tratamento “Vossa Senhoria” também sofre, em escala menor, o mesmo processo de perda gradativa de reverência: começa como tratamento ao rei, passa a ser empregado para fidalgos da nobreza e se estabelece num nível superior a “Vossa Mercê”.

Faraco (1996) afirma que a alteração do valor social da forma *Vossa Mercê* (e variantes) é resultante da rápida expansão dessas formas em Portugal. Inicialmente utilizada como tratamento ao rei, a forma “Vossa Mercê” – além de “Vossa Senhoria” – passa a ser empregada no tratamento não íntimo entre iguais na aristocracia e começa, aos poucos, a ser utilizada por pessoas de *status* social inferior (criados, subordinados, etc.) ao se dirigirem a membros da aristocracia. Num estágio final, já com menor grau de formalidade, vamos encontrar “Vossa Mercê” e “Vossa Senhoria” sendo utilizados como diferentes variantes sociais em oposição a *tu*, que era usado no tratamento mais íntimo.

Sendo assim, segundo Faraco (1996), a partir do século XVI, período em que os portugueses começaram a ocupar o Brasil, a degradação semântica sofrida por *vós*, a simplificação fonética de “Vossa Mercê” e o seu uso como “você” já se encontravam em uma etapa bastante avançada.

Podemos observar, a partir desses estudos, que Nóbrega, ao dirigir-se a Tomé de Souza empregando a forma de tratamento “Vossa Mercê”, expressa seu respeito em relação ao seu destinatário, empregando-o como mero tratamento de cortesia, mais generalizado. Isso nós mostra que entre Nóbrega e Tomé de Souza haveria uma relação mais próxima, de duas pessoas que já se conhecem há mais tempo, não existindo assim a necessidade de um tom de solenidade entre eles. É importante destacar que Serafim Leite, ao fazer seus comentários na obra *Cartas do*

Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Nóbrega, 1955), já afirmava, em nota de rodapé, que esta carta do jesuíta ao ex-governador Geral, é uma *correspondência epistolar afectuosa*.

Com base nessas discussões em torno das expressões de tratamento nas cartas analisadas, pudemos observar que, nas relações da vida cotidiana ou oficial, a situação, a posição e a importância social do destinatário influenciam na comunicação verbal de forma bastante relevante.

Para tentar identificar o grau de formalidade ([+] ou [-] formal) de uma carta também podemos analisar suas formas de despedidas. De acordo com Castillo Gómez (2006:49), ao terminar uma correspondência, o emissor também adapta o seu texto (despedida) de acordo com seu destinatário, tal como ocorrem nos seguintes fragmentos de cartas escritas no século XVI no Brasil:

(3) Desta Baya a 5 de julho de 1559.

Orador e servo de V. M. em Christo, Manuel da Nóbrega. (Nóbrega, M. Carta a Tomé de Souza, 1559)

(4) Tu autem, Pater, ora pro omnibus et presertim pro filiis quos enustristi. Lance-nos a todos a benção de Christo Jseu dulcíssimo. Desta Baya, 1549. Padre Manuel da Nóbrega. (Nóbrega, M. Cartas ao Mestre Provincial de Lisboa, 1549).

Como podemos observar, no exemplo (3), Nóbrega ao se despedir de Tomé de Souza: (i) não usa termos em latim, (ii) não elabora uma despedida cerimoniosa (longa), como costuma aparecer em suas cartas enviadas a seus superiores, e (iii) utiliza a forma de tratamento “Vossa Mercê” para se referir ao seu receptor. Essas marcas nos demonstram que essa carta de Nóbrega possui um menor grau formalidade. Por outro lado, no exemplo (4), Nóbrega ao se despedir de seu superior – o Mestre Provincial Simão Rodrigues – utiliza vários termos em latim, dando um tom de solenidade à despedida; isso nos indica que esse texto possui um grau de formalidade maior se comparado com a carta de Nóbrega a Tomé de Souza.

4. Últimas palavras

A proposta deste artigo recai sobre a discussão das dificuldades de ordem teórico-metodológica na definição de seleção de fontes para o estudo histórico da língua. Ressaltamos, principalmente, a importância de levarmos em consideração o estudo de gêneros textuais ao escolhermos o nosso *corpora* para pesquisas lingüísticas e o desafio do lingüista ao trabalhar com textos escritos em outras épocas .

Para isso, concentramo-nos em um gênero textual que acreditamos ser promissor para pesquisas lingüísticas e de outras áreas: a carta. Buscamos apontar para o fato de que o estudo do gênero textual e das suas peculiaridades é importante para a seleção de fontes de estudos lingüísticos, visto que tais questões, além de demonstrarem se dado texto pode ou não ser adequado ao estudo de determinados fenômenos lingüísticos, acabam por se relacionar diretamente com o fator grau de formalidade ou estilo, indispensável a estudos da língua, sobretudo os de abordagem variacionista.

Em cada gênero textual – inclusive, a carta –, o grau de formalidade é resultado da combinação de vários fatores, tais como: “quem fala com quem”, “o assunto”, “o lugar”, a “finalidade” etc. Conjuntamente, esses fatores vão favorecer o aparecimento ou a omissão de determinados fenômenos lingüísticos.

Assim, partimos do princípio que ao considerarmos esse conjunto de fatores – que definem condições de produção do texto –, o pesquisador disporá de recursos mais confiáveis para auxiliá-lo na tarefa de determinar o grau de formalidade presente em seu *corpus*, inclusive em sincronias passadas. Cabe ressaltar o quão relevante é identificar do grau de formalidade, já que a partir dele podemos observar a propensão à informalidade de alguns textos escritos; em especial, aqueles em que o diálogo – ora mais, ora menos marcado –, como ocorre com o texto epistolar, está presente. Essa avaliação é muito importante para o estudo da variação e da mudança lingüística, na medida em que, como se sabe, esses processos nascem em contextos de maior informalidade.

Por fim, nesse artigo tentamos refletir sobre alguns problemas teórico-metodológicos enfrentadas pelo lingüista, apontando e discutindo alguns critérios para se estabelecer/descrever um referencial para o grau de formalismo em sincronias passadas. Certamente outros problemas existem, mas o que tentamos mostrar é que o lingüista deve buscar recursos (dentro da própria língua) para tentar tornar seus resultados mais confiáveis possíveis, principalmente, os relacionados a história da língua.

5. Referências

- BAKHTIN, M. [1929]. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GIBELLI, A. Emigrantes y soldados: la escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX. In: CASTILLO GÓMEZ, A. (org). *La conquista del alfabeto: escritura y clases populares*. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 189-223.
- GUILLÉN, C. La escritura feliz: literatura y epistolaridad. *Múltiples moradas*. Ensayo de literatura comparada. Barcelona: Tusquets, 1998.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press. 1972.
- LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (eds) *Perspectives on Historical Linguistics*. Masterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982. p.17-92.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 1: Internal Factors. Cambridge, Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers. 1994.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 2: Social Factors. Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- PETRUCCI, A. Escritura y epistolografía. *Cultura escrita e sociedad*. Nº 2. Gijón: Ediciones TREA, 2006.
- PONTES, E. O "Continuum" língua oral e língua escrita: por uma nova concepção do ensino. *Trab.Ling.Apl*. Campinas, (12), jul./dez. 1988, p. 101-107.

PORTELLI, A. Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. In: *Historia y fuente oral: historia oral?*. n° 1. 1989, p. 02-33.

VIOLI, P. Cartas. In: VAN DIJK, T. *Discurso y literature*. Madri: Visor, 1999, p. 181-203.

VIVES, L. *Epistolário*. Madri: Editora Nacional, 1978.

FARACO, C. A. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. In: *Fragmenta 13*, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.

CINTRA, L. F. *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

NOBREGA, M. *Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega* Coimbra: Universidade, 1955 (anot. e pref. Serafim Leite).

TRUDGILL, P. *Sociolinguistics: an Introduction*. Middlesex, England: Penguin Books, 1974.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (eds) *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin-London: University of Texas Press, 1968. p. 95-199.